

IMPASSES ÉTNICOS NA REGIÃO DA ÁREA INDÍGENA DE SERRINHA - RS

Lúsa Grigoletti Dalla Rosa - UPF

ldall@terra.com.br

A questão dos impasses étnicos gerados pela ocupação do território por diferentes agrupamentos étnicos no estado do Rio Grande do Sul tem colocado questões importantes a serem estudadas historicamente, como é o exemplo da Área Indígena de Serrinha, no município de Ronda Alta, que desde os anos cinqüenta do século XX tem apresentado diversas situações dessa natureza. A região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil tem demonstrado ao longo das últimas cinco décadas constantes conflitos na disputa pela utilização da terra, entre as populações indígenas e campesinas, é com esta preocupação que apresentamos aqui o histórico dos serviços indigenistas, bem como a situação específica comunidade de Serrinha, que é uma Área Indígena habitada pelos índios Kaingang. Os movimentos sociais no campo demonstram que inúmeras situações específicas são colocadas frente a frente gerando contradições e conflitos históricos.

Histórico das políticas indigenistas:

A partir da década de 1950, com o projeto desenvolvimentista na sociedade brasileira é instalado o projeto de modernização nas reserva indígenas, projeto esse que iniciou com a reestruturação política do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), que tinha por objetivo transformar as reservas indígenas em empresas rurais, aliando-se, dessa forma aos interesses dos fazendeiros, mineradores, madeireiros, empresários rurais, colonos, colonizadores mais do que propriamente com o dos índios. No início do século XX, com a abertura das frentes de expansão “econômica”, uma das formas mais perversas de dizimação física, cultural e étnica dos inúmeros povos indígenas foi o processo de

colonização impostas aos habitantes destas terras. Estas comunidades foram expostas à escravidão, trabalhos forçados, maus tratos, confinamento e a sedentarização compulsória em aldeamentos e internatos. Nesse processo de expansão econômica foram abertas estradas, ferrovias, linhas telegráficas, ao interior do território brasileiro, nesse sentido os contínuos massacres étnicos foram acontecendo. Povos inteiros foram dizimados e muitos outros tiveram uma drástica redução populacional, com risco de extinção, como muitas das tribos brasileiras.

Esperava-se que, a partir da criação do SPI, o governo estabelecesse ações políticas indigenistas, mas o que se percebeu foram práticas assistencialistas e de desarticulação cultural dos povos indígena, para tentar resolver de maneira paliativa os problemas que surgiam. A FUNAI, Fundação Nacional do Índio, criada em 1967, após a extinção do SPI, passou a exercer as funções deste órgão, Em todos esses casos, a intervenção do órgão indigenista – seja o SPI, seja a FUNAI – foi conduzida segundo os interesses de políticas desenvolvimentistas e integracionistas. Responsável pelo contato, o órgão indigenista atuava como agente “pacificador” dos povos livres, forçando-lhes o contato, com a finalidade de ora possibilitar a construção de um empreendimento, ora para evitar ataques e assaltos dos que resistiam à instalação de outros brasileiros em seus territórios. E o resultado desses contatos compulsórios, significou drástica redução de população indígena, vítima das armas de fogo dos invasores, ou de epidemias. Essa era a situação em todo o território brasileiro.

A situação dos Kaingangs no Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul, as populações indígenas estão distribuídas na região Norte e Noroeste em sua grande maioria. As Áreas Indígenas existentes nesta região são denominadas: Cacique Doble, Ligeiro, Nonoi, Guarita, Serrinha, Votouro, Monte Caseiros, Inhacorá, e Borboleta, esta última, área ainda não reconhecida, todos nos

municípios do extremo noroeste do Estadoⁱ. Sendo que existe, na sua maioria os Kaingang e os Guaranis. Nesse estudo trataremos sobre os Kaingang da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, na área indígena de Serrinha. Existem várias peculiaridades entre o povo dos Kaingang, eles são pertencentes ao povo de língua da família Jê, também conhecidos como Coroados. Vivem em vinte e seis pequenas áreas indígenas no interior dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Contexto Histórico da Área indígena de Serrinha.

A terra indígena de Serrinha, localizada nos municípios de Ronda Alta, Três Palmeiras, Constantina e Engenho Velho, foi, e, continua sendo, palco de constantes conflitos étnicos, uma vez que ali foram realizadas expropriações, assentamentos, realocações num período de cinqüenta anos. O contato existente entre as populações indígenas e as populações camponesas nessa região tem se mostrado por uma dinâmica de conflito ao longo desse tempo. A comunidade de Serrinha foi demarcada pelo governo do estado do Rio Grande do Sul em 1911, sendo denominado como o Toldo da Serrinha, possuindo uma superfície de 11.950 hectares, sendo que atualmente, são ocupados 6.000 hectares dessa área pelos indígenas e com uma população estimada em 345 pessoas.

O Toldoⁱⁱ da Serrinha foi extinto em 1962, pelo governo estadual, e ali foram instaladas as seções 1ª e 2ª do Alto Recreio. Desde 1955, os colonos foram chegando a essa região e ficavam subordinados ao Coronel dos índios e fiscais do governo, pois precisavam pagar por essas terras ao Coronel Indígena, não recebendo nenhuma documentação da compra dessa terra. Os assentamentos no município de Ronda Alta começaram a ocorrer nos primeiros anos da dé¹cada de 1960, contando com um número

de nove assentamentos até os anos de 1987 e 1988. A Constituição de 1988 definiu que todas as terras indígenas deveriam ser demarcadas no prazo de cinco anos, atualmente apenas 32% (222 áreas) das terras indígenas do País se encontram com a demarcação concluídaⁱⁱⁱ, sendo que o restante, 68% (519 áreas) ainda aguardam procedimentos administrativos.

Essa demarcação deveria prever também a devolução das mesmas, sendo que aí está o ponto forte dos conflitos e impasses étnicos. Essa situação envolvia a saída dos colonos agricultores e a entrada dos índios, que já haviam se espalhado por diversas áreas indígenas do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, entre outros. Acompanhando um pouco a história de vida de Claudino, cacique de Serrinha, ele se tornou liderança pela resistência que fez e continua fazendo, pois desde os primeiros acampamentos em 1996, até a ocupação do território, em 1999 ele salientou-se como liderança. Ele morou em diversas áreas indígenas, como é o caso de Guarita, Nonoai, Ligeiro no estado do Rio Grande do Sul, conhecendo, assim muitos de seus moradores, bem como da situação de cada uma delas.

A História de Serrinha é muito peculiar, pois, hoje, as 384 famílias Kaingangs moradoras vieram de várias áreas indígenas, constituindo-se uma diversidade cultural significativa e que também apresenta as suas peculiaridades. A partir do ano de 1996, esses conflitos ficaram mais freqüentes e então o governo teve que intervir por meio de coerção. Mas, a comunidade indígena resistiu, conseguindo estas terras para o seu poder. Atualmente, essa região tem apresentado um acirramento nos conflitos entre a comunidade indígena com os colonos. Foi realizado um levantamento fundiário, que instituiu a forma de transferência das terras dos colonos para os índios por meio de indenizações das esferas federais e estaduais.

Políticas atuais de demarcação de terras.

O processo de resistência iniciado em 1996 teve o seu desfecho em 1999, ano em que os índios ocuparam de fato a área de Serrinha. Em 1999, vivia na área indígena de Serrinha aproximadamente 1200 pessoas entre as famílias dos agricultores contando com proprietários e famílias sem terras. Nesse ano, foram feitos cento e cinquenta e seis laudos entre as duzentas e vinte famílias que ali viviam. Havia em torno de setenta famílias que sobreviviam, nesta localidade e que não eram proprietárias de terras. Em março desse ano, foi firmado um termo de compromisso pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, Pela Fundação Nacional do Índio, FUNAI e pelo governo do Estado, pelo qual deveriam apresentar em sessenta dias um cronograma à comunidade indígena e aos agricultores acerca das indenizações e assentamentos.

Como o processo de indenização foi realizado aos poucos, com os proprietários de forma individual, vinte e nove famílias receberam as indenizações da Funai e tiveram que sair das terras sem terem recebido suas indenizações das terras por parte do Governo Estadual. As outras cento e vinte e sete famílias que fizeram o levantamento fundiário foram impedidas de plantar conforme documento entregue pela comunidade indígena para a FUNAI, Governo do Estado e para os agricultores, no dia 16 de junho de 1999. Esse documento dispunha que os indígenas requeriam as terras que já haviam sofrido o levantamento fundiário até o dia 30 de setembro de 1999. Os indígenas prometiam que caso a FUNAI não pagasse as benfeitorias e o Governo do Estado não fizesse a sua parte, indenizando ou reassentando os colonos, os caciques de doze áreas indígenas se organizariam e fariam a desocupação das cento e vinte e sete famílias do jeito deles, responsabilizando assim o Estado e a Funai da culpa da existência desses conflitos entre índios e colonos. Já os agricultores mantinham sua posição, conforme o documento da Assembléia Legislativa^{IV}:

Nós os agricultores fizemos a nossa parte, levamos ao conhecimento do Governo do Estado, Funai, Ministro da Justiça, deputados Estaduais e Federais a nossa preocupação e nossa proposta. Foi muito discutido e todos mostraram interesse em resolver este problema, mas na prática nada foi feito. Não existe documento nenhum assinado por qualquer responsável que nos dê segurança. Não encontramos outra saída a não ser fazer esse movimento. Ficaremos aqui por tempo indeterminado e esperamos sair daqui com uma solução. O Governo do Estado e Funai terão que cumprir a sua parte. Nós os agricultores conhecemos os nossos direitos e exigimos que sejam reconhecidos. Pedimos o apoio das autoridades municipais, estadual e federal, de todas as pessoas que residem em cima da área, de todas as comunidades próximas e municípios vizinhos. Pedimos também o apoio e compreensão das pessoas que estão sendo prejudicadas por este movimento, pois infelizmente no nosso país a maioria das coisas se resolve na base da pressão.

Os agricultores exigiam suas indenizações e pressionavam o governo para resolver os problemas ocasionados pela Constituição de 1988. A situação dos índios não era diferente, apostando na questão da resistência, os acampamentos próximos a essa localidade foram constantes ao longo dos anos de 1996 até 1999. Atualmente, os protestos continuam e os bloqueios das rodovias são uma outra medida adotada pelos indígenas. Pois, segundo as lideranças indígenas, o movimento é pacífico e tem como objetivo chamar a atenção do governo federal para uma série de problemas, tais como a extrema morosidade na condução dos processos de demarcação das suas terras tradicionais, a tramitação de Propostas de Emendas Constitucionais no Congresso Federal. Nesse sentido, as principais reivindicações dos Kaingang e Guarani estão presentes no documento a seguir^v:

O tempo de esperar está cansado e nós, povos Kaingang e Guarani, das diversas comunidades indígenas do Rio Grande do Sul, estamos cansando juntamente com ele. Ao longo da história de nosso país, fomos freqüentemente desrespeitados como pessoas e cidadãos. Nossa terra foi tirada de nós pelo Estado brasileiro. Para isso, muitos, entre os nossos, morreram. Alguns continuam correndo. Mas não todos. Nós resistimos, sobrevivemos, lutamos, conquistamos direitos nas leis do Brasil. Acreditávamos que isto seria suficiente. Não está sendo. Hoje somos obrigados a continuar lutando para que estes direitos sejam mantidos, respeitados e postos em prática pelo governo de nosso país. Precisamos da Terra para garantir o futuro de nossos filhos e manter vivo o nosso jeito de existir. Grande parte de nossa terra

continua em outras mãos. Temos o direito sobre ela. Exigimos que o governo do presidente Lula cumpra com a sua responsabilidade histórica, faça a sua parte, respeite nosso direito, demarque nossas terras e ofereça condições de uma existência digna sobre elas. Nossa luta é para que isto aconteça com brevidade.

As reivindicações presentes nesse documento tratam das demarcações das terras e também dos órgãos envolvidos conforme o segue disposto^{vi}:

Continuamos preocupados com a situação do órgão oficial que trata da questão indígena, FUNAI. Falta-lhe recursos e pessoal capacitado para o trabalho de demarcação e desenvolvimento diferenciado em nossas terras. Além disso, o pouco recurso disponível tem sido mal distribuído entre as regiões do país. Isto deve ser corrigido urgentemente. Nós não aceitamos mudanças nos artigos da Constituição Federal que garantem nossos direitos, de modo especial a demarcação de nossas terras. Não aceitamos que a demarcação de terras seja submetida ao conselho de Defesa Nacional e/ou ao Senado Federal. Nem mesmo que se proíba a demarcação de terras onde os ocupantes são pequenos agricultores. Na região Sul do Brasil, a maior parte das ocupações de boa-fé, em terras indígenas, é pequenas propriedades rurais.

Diante de algumas situações conflituosas frente aos interesses divergentes da comunidade que já viveu e que vive atualmente na área Indígena de Serrinha algumas das perguntas que fizemos no início deste estudo deu origem a outras questões que de certa maneira se fazem mais importantes, como é o caso específico dos impasses étnicos entre a própria comunidade indígena da Área compreendida, uma vez que, muitos indígenas chegaram e ainda estão migrando constantemente para essa localidade advindos de outras áreas indígenas.

Nesse sentido, o tempo foi tomado como o fator importante de análise, uma vez que, simultaneamente, constitui e desagrega referenciais identitários. O resgate da diversidade cultural foi um outro fator de análise importante, pois entender as diferenças e os interesses destes grupos é tarefa contínua e permanente, já que muitos fatores se agregam a isso, bem como culturas plurais convivendo lado a lado. Poderemos viver

juntos, iguais e diferentes? É uma das questões centrais que se lançam no bojo das discussões contemporâneas.

ⁱ Conforme dados coletados na FUNAI.

ⁱⁱ Essa denominação era feita para designar as demarcações das terras indígenas.

ⁱⁱⁱ Segundo informações do CIMI - Conselho Indigenista Missionário, retirado do site:

<http://www.cimi.org.br/principal.htm>

^{iv} Este documento foi assinado pelos seguintes agricultores que representavam as 127 famílias que fizeram o levantamento fundiário na Área da Serrinha. Alfredo N. Jacobs, Luiz Dal Pizol, Moacir Zanella, Lair Cardoso, Sérgio Barbosa, Décio A. Gomes, Odir Bohm, Nelson Kuqui, Idacir Bernadelli.

^v Segundo informações do CIMI - Conselho Indigenista Missionário, retirado do site:

<http://www.cimi.org.br/principal.htm>

^{vi} Idem.